



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639867 - SP (2021/0011262-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DOUGLAS GIOVANELI MENDONCA E OUTROS
ADVOGADOS : RODRIGO SOARES DE CARVALHO - SP245891
DOUGLAS GIOVANELI MENDONÇA - SP404384
ROMARIO DE CARVALHO FURTADO - SP411716
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAIARA BARBOSA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAIARA BARBOSA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2254889-85.2020.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante, posteriormente convertida em prisão preventiva, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que a audiência de custódia não foi realizada, o que conduz ao relaxamento da prisão. Alega, ainda, que não existem motivos para a segregação cautelar da paciente, pois ausentes os requisitos da prisão preventiva.

Requer, liminarmente, seja relaxada a prisão da paciente ou que lhe seja concedida a liberdade provisória. No mérito, pugna pela concessão da ordem para cassar a decisão que decretou a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, tem-se que, ao tempo da prisão cautelar da paciente, a realização da audiência de custódia estava suspensa em razão da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19, nos termos do art. 8º da Resolução CNJ n. 62/2020 e do Provimento CSM n. 2.548/2020 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em relação aos requisitos da prisão preventiva, verifica-se, em juízo de

cognição sumária, que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o pleito liminar em regime de plantão, tendo em vista os fundamentos do acórdão impugnado abaixo transcritos (e-STJ fl. 21):

Com efeito, a quantidade e variedade de drogas apreendidas (mais de 10kg, entre maconha, cocaína e crack), além de apetrechos e anotações alusivas à contabilidade do tráfico, e os indícios de que a paciente seria a responsável pelo fracionamento das drogas, o que deve ser melhor apurado ao longo da instrução, são circunstâncias que, ao menos no momento, sugerem maior cautela na pretendida soltura.

Por fim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência